

Espaço Discente

Memória Institucional: uma revisão de literatura

Valéria Matias da Silva Rueda

Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela FESPSP.

E-mail: vmsrueda@gmail.com

Aline de Freitas

Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela FESPSP.

E-mail: equalinedf@gmail.com

Valéria Martin Valls

Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP.

E-mail: valls@fespsp.org.br

Resumo: Este artigo apresenta a revisão de literatura utilizada para o Trabalho de Conclusão de Curso Memória Institucional e Centro de Memória Digital: análise do site memória DIEESE, apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP em dezembro de 2010. Aborda a importância da Memória Institucional, a Memória Coletiva que se converte em Memória Social a partir da possibilidade da criação e propagação de registros da atividade humana. Procura examinar o conceito de Memória Institucional e conclui que tal conceito ainda não está devidamente fundamentado, apontando para a necessidade de maiores discussões da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação sobre esse assunto.

Palavras-chave: Memória; Memória Coletiva; Memória Social; Memória Institucional

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970 percebe-se um movimento de valorização da Memória Institucional (MARQUES, 2007), que vem se fortalecendo com a utilização das novas tecnologias, proporcionando o acesso rápido a essas informações. As empresas, instituições, organizações produzem ao longo de sua trajetória uma vasta quantidade de documentos fundamentais para a preservação da Memória Institucional. Essas informações, encontradas em diversos suportes, devem ser reunidas, fazendo-se mais do que necessário a concentração destes acervos, armazenados e organizados corretamente com a finalidade de estarem disponíveis para consulta porque retratam não só as atividades de uma instituição, mas a época em que está inserida, o tempo e o espaço que ocupa na sociedade, facilitando-se assim o entendimento da instituição como um todo.

Este artigo aborda a importância da Memória Institucional recorrendo a definições de Memória, Instituição e Organização, compreende a Memória Coletiva como aquela formada pela memória individual somada a fatos que a sociedade escolheu como importantes, convertendo-se em Memória Social a partir da possibilidade da criação e propagação de registros da atividade humana, transformando tais registros em informação. A partir dessa premissa, com o auxílio de embasamento teórico, procura examinar o conceito de Memória Institucional.

1 MEMÓRIA

Falar sobre memória implica na possibilidade de abordagens históricas, psicológicas, filosóficas e de tantas outras áreas que já se debruçaram sobre esse tema devido às características e demandas de conhecimento da sociedade. Esta mesma sociedade desde os seus primórdios tenta salvaguardar sua história, no início de forma oral, depois com as inscrições rupestres em cavernas, os registros a partir da invenção e utilização da escrita, a revolução tecnológica em 1450 com os tipos móveis e a prensa de Gutenberg, a explosão documental e atualmente o ciberespaço¹, ficando claro que a matéria-prima que permeia e que se torna mais importante nessa trajetória de cuidados é a informação.

Com o surgimento da agricultura e do comércio a sociedade intensifica a utilização da escrita para se organizar: anotar compromissos, controlar seus negócios e se comunicar; com o passar dos anos os registros dessas ações na forma de cartas, relatórios, livros etc. se transformaram naturalmente em fontes de informação e consulta, o que leva a Levy (2006) a afirmar que esses registros (calendários, datas, anais), por criarem referências fixas, permitiram o nascimento da história e a Barreto (1994) ao associar informação ao conceito de ordem e redução de incertezas. Porém, para este estudo o mais importante nessa prática não são as maneiras ou os suportes utilizados para registro, mas sim identificar que, a partir da demanda em lembrar o que aconteceu antes com a intenção de tomar decisões para o presente e o futuro, a sociedade traduziu registros em informação, Barreto reforça essa idéia:

A informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisséia individual no espaço e no tempo. (BARRETO, 1994, p. 1)

Le Goff no livro *História e Memória* indiretamente enfoca a importância da valorização da informação do presente e do passado como forma de registro com a utilização da memória:

¹ Termo cunhado em 1984 pelo escritor William Gibson no livro *Neuromancer*. Segundo Levy (1999, p. 17) “O ciberespaço (que também chamarei de ‘rede’) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.”

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou o que ele representa como passadas. (Le Goff, 1990, p. 423).

Devido à sua característica de fornecer dados anteriores e suprir a necessidade criada pela sociedade em se recordar do passado, a informação se qualifica como um meio entre o registro do conhecimento e a produção da memória social.

1.1 Memória coletiva ou social

Sob uma perspectiva evolutiva Chapouthier (2006, p. 9) oferece dois sentidos para memória, no primeiro “memória é a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento.”, no segundo de forma mais ampla, afirma que a memória é “[...] todo traço deixado no mundo ou nos componentes deste por um determinado evento.” Outros autores colaboram para conceituar memória, Rousso² (1998 apud MOREIRA, 2005, p. 1) afirma que o maior atributo da memória é “[...] garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, as rupturas que são o destino de toda vida humana.”, já Huyssen³ (2000 apud MARTINS, 2004, p. 5) diz que “A memória é sempre transitória notoriamente não confiável e passível de esquecimento; em suma, ela é humana e social.”.

Para Halbwachs (1990, p. 51) “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, Nora⁴ citado por Le Goff (1990) se refere ainda ao desenvolvimento de um modelo que história e memória acabaram desenvolvendo baseadas na rememoração e memorização, típicos da memória coletiva. Faz-se aqui uma observação sobre o termo “memória coletiva”. Le Goff indica que este termo deve ser utilizado para os povos sem escrita, onde predominava a figura do “homem-memória”, e os conhecimentos eram transmitidos de forma oral, e explica que o surgimento da escrita traz um desdobramento desta memória: a celebração através de um monumento, de um acontecimento memorável e a sua respectiva comemoração e a memória ligada a um documento, suporte específico para o registro de forma escrita, que dali em diante

² ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Coord.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

³ HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela Memória**, Rio de Janeiro: Aeroplano Ed. Universidade Cândido Mendes; Museu de Arte Moderna: 2000.

⁴ NORA, P. 1978 **Mémoire collective** em J Le Goff R Chartier e J Revel (Org.). Paris: La nouvelle hisse vé Retz, 1978.

[...] fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro"; [...] ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual, permite "reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas" (GOODY, 1977b, p. 78 apud LE GOFF, 1990, p. 433).

Apesar de Le Goff (1990) não citar o termo "memória social" pode-se inferir a partir do seu raciocínio sobre a "memória ligada ao documento", que a utilização desses registros agrega na sociedade uma dinâmica de relações pautadas na comunicação e na troca de informações o que transformaria então a memória coletiva dos povos sem escrita em memória social.

O atributo de continuidade e resistência que Rousso⁵ citado por Moreira (2005) dá à memória com a segunda definição de Chapouthier (2006) sobre a característica de marcação que qualquer traço de memória deixa no mundo, indica a importância da memória social no compartilhamento e construção do conhecimento a partir da rememoração dos registros produzidos pelos grupos sociais, entendendo que ela integra presente e passado, dizendo quem somos, conforme Fentress e Wickhan⁶ (1992 apud MARQUES, 2007, p. 31).

Com o desenvolvimento da sociedade, na segunda metade do século XX fica clara a importância da memória social quando se observa a preocupação com a sua preservação "[...] assim, o século XX viu nascer a pesquisa da história dos sindicatos, das mulheres, das crianças, do cotidiano e das empresas. Para conhecer o mundo, era importante entender seus diferentes aspectos e atores" (COSTA, C., 2006, p. 29) e principalmente após a segunda grande guerra, revelando a luta pela continuidade dos símbolos que traduziam as características mais arraigadas das identidades individuais e sociais (FREITAS; BRAGA, 2006), o que se confirma na afirmação de que

A preservação da memória social é o tema em destaque na passagem do século XX para o século XXI. Ao longo do século vinte e, principalmente, após a segunda guerra mundial, a preocupação com a criação de registros de memória, quer fossem na literatura, nos monumentos ou nas comemorações, levou a sociedade a produzir um campo de discussão sobre o perigo de esquecer fatos históricos marcantes. (DOBEDEI, 2008, p. 1)

Nesse sentido o primeiro intelectual a analisar o caráter e o papel social da memória foi Maurice Halbwachs que criou o termo "estrutura social da memória". Segundo ele, as

⁵ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Coord.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 93-101.

⁶ FENTRES, James; WICKHAM, Chis. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Teorema, 1992.

memórias são construções dos grupos sociais, são eles que determinam o que é memorável e os lugares nos quais essa memória será preservada. Estes espaços são definidos por Nora⁷ na citação de Le Goff (1990) como “lugares de memória”:

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações: estes memoriais têm a sua história. Mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: ‘Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem a memória. (NORA, 1978, apud LE GOFF, 1990, p. 473)

Com base na advertência de Nora de que não se deve esquecer os “verdadeiros lugares da história”, já que a partir deles é possível encontrar os criadores da memória coletiva e na afirmação de Halbwachs (1990, p. 187) que afirma não ser possível ter uma lembrança completa dos fatos a não ser com a “[...] condição de colocar em ação todos os recursos da memória coletiva”, considera-se para este estudo que as instituições sendo parte integrante dos meios sociais e políticos da sociedade têm papel importante na construção da memória social, são fontes produtoras de informações, concordando com Fontanelli (2005) e entendendo-se que a questão da identidade que se apresenta pela preservação da Memória Institucional é o fator primordial para justificar sua valorização

Trabalhar com a memória de uma empresa é trabalhar com as memórias de cada um de seus integrantes que se reconhecem como tais e, assim, constroem as identidades individuais e a coletiva - imprescindíveis para o desenvolvimento da instituição. (FONTANELLI, 2005, p. 11)

Ao promover a preservação da Memória Institucional as instituições detêm a possibilidade de disseminá-la com a criação do seu próprio lugar de memória.

1.2 Memória Institucional

⁷ NORA, P. 1978 **Mémoire collective** em J Le Goff R Chartier e J Revel (Org.). Paris: La nouvelle hisse vé Retz, 1978.

Nas pesquisas realizadas para este estudo foram encontradas poucas definições específicas para Memória Institucional, invariavelmente seu significado aparece associado ao termo Memória Organizacional ou ainda Memória Empresarial, como exemplo, a Biblioteca Bunge traz em seu glossário on-line um só significado para dois destes termos, e também o *Dicionário de Administração* de Lacombe (2004) que apresenta procedimento semelhante: utilizando-se de uma remissiva o autor encaminha o leitor do termo instituição para o termo organização. A maior relevância de equivalência de significados dos termos acontece entre Memória Institucional e Memória Organizacional; em busca de uma definição mais adequada, foram analisados os termos organização e instituição de forma isolada, pesquisando-se seus significados em dicionários e livros da área de Administração, para mais à frente retomar seu sentido no âmbito da memória.

Os primeiros significados para organização e instituição encontrados nos dicionários Aurélio (1999) e Houaiss (2001) levam a entender que esses termos estejam realmente associados, pois nas suas primeiras definições as palavras organização e instituição são usadas diretamente como sinônimos.

Tanto os significados encontrados nos dicionários, quanto as definições dos autores para o conceito organização trazem as palavras “*função*”, “*processo*” e “*sistema*” que em seus significados carregam a idéia de movimento e mudança. A partir dessa análise, entende-se que a área da Administração reforça a natureza mutável do termo organização, pois o conecta a um panorama de processos estritamente necessários para garantir o conhecimento que irá determinar o sucesso ou o fracasso da estratégia organizacional utilizada em um dado momento na empresa, com prazos menores de realização e passíveis de mudança, o que vai ao encontro ao pensamento de Costa, I. (1997, p. 51) quando informa que a determinação de uma maior ou menor eficácia organizacional é dada pelo “[...] conjunto de meios, através dos quais o conhecimento do passado é recuperado em atividades do presente [...]” e que, ainda segundo a autora, esse conjunto pode ser entendido como Memória Organizacional.

Já o pensamento de Deleuze e Guattari⁸ citados por Costa, I. (1997, p. 40) de que a memória de curta duração compreende o esquecimento como processo leva à idéia de que a produção de conhecimento de uma organização seria uma memória de curto prazo, com a possibilidade de modificações e esquecimentos aproximando-se da definição que Teixeira Filho (2001) apresenta para Memória Organizacional:

Conjunto de processos e ferramentas para organizar, preservar e tornar acessível o acervo de conhecimento da empresa, isto é, informações sobre seus processos, pessoal, experiências etc. [...]

⁸ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*; capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, v. 2. (Os postulados da lingüística).

trata-se de um conjunto abrangente de referências - experiências, problemas, soluções, projetos tecnologias, casos, eventos, fornecedores e clientes, entre outras - que a organização 'sabe' estar disponível para quem atua na empresa, com o fim de apoiar os *processos de trabalho*. (TEIXEIRA FILHO, 2001, p. 97, grifo nosso).

A definição para o termo instituição no Aurélio (1999, p. 1119) é: “Estrutura decorrente de necessidades sociais básicas, com caráter de relativa permanência, identificável pelo valor de seus códigos de conduta, alguns deles expressos em leis.”, já em Houaiss (2001, p. 1627) o significado atribuído é: “Organismo público ou privado, estabelecido por meio de leis ou estatutos que visa atender a uma necessidade de dada sociedade ou da comunidade mundial.”, tendo, portanto, significados semelhantes.

Chiavenato (2010) e Maximiano (2004) não tratam especificamente do termo instituição, porém Chiavenato (2010, p. 286) afirma que toda organização para se manter necessita de uma “espinha dorsal capaz de sustentar o todo organizacional”, uma espécie de estrutura oficial com maior força de decisão usada para legitimar os procedimentos propostos para o estabelecimento da estratégia organizacional utilizada em dado momento dentro da empresa.

A afirmação de Chiavenato (2010) da necessidade de uma estrutura oficial com maior poder e os significados encontrados nos dicionários para o termo instituição permitem construir um conceito de organismo com função específica, criado em decorrência de necessidades sociais básicas, identificável por seus códigos de conduta e estabelecido por meio de leis e estatutos, aproximando-se novamente de Costa, I. (1997) quando afirma que:

[...] são as relações de força que determinam o plano institucional e este, por sua vez, define a organização. A instituição se atualiza numa organização. A burocracia, por exemplo, é uma organização que se pensa instituição. Na verdade, a burocracia tem um fim em si mesma. A questão prioritária da organização é a eficácia. E a da instituição é a legitimidade. (COSTA, I., 1997, p. 50)

Institucionalizar significa adquirir caráter de instituição, oficializar, quando uma empresa se institui, ou seja, quando ela é criada seus valores, missões, futuros patrimônios e acervos já estão imbuídos do caráter e da imagem que acionistas e colaboradores gostariam que os seus clientes e a sociedade associassem à sua marca, à sua identidade, essa legitimidade se dá através das decisões estruturais, dos procedimentos

a longo prazo que, para Deleuze e Guattari⁹ citados por Costa, I. (1997, p. 40) constituem a memória de longa duração, pode-se então inferir que tais procedimentos constituem a Memória Institucional.

Para finalizar, Costa, I. (1997, p. 3) afirma que “[...] se a instituição existe, a memória se plasma. É prenha. Constitui marcas, rastros ou traços que contêm informação [...]”, e, ainda segundo a mesma autora, esta informação:

Em estado caótico ou virtual, [...] é sempre embrião: forma e contém informação. Vistas através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas. [...] Ao contrário do que costumamos pensar, nós somos e fazemos nossas instituições. E a memória institucional é o reflexo dessa trajetória, não como mimesis, mas um cristal com suas múltiplas e infinitas facetas. (COSTA, I., 1997, p. 3-4; 146).

A Memória Institucional começa a ser tratada de forma sistemática a partir da década de 1970, como reflexo dos estudos sociológicos, antropológicos e históricos voltados à questão da memória, as empresas perceberam então que para seu crescimento era importante registrar e preservar sua memória. Na década de 1980 na França são criados os *Centros de Arquivos do Mundo do Trabalho*. Subordinados ao Arquivo Nacional da França, foram coletados arquivos privados com objetivos culturais e científicos visando “[...] a conservação definitiva da memória pertinente à empresa e sindicatos.”, Goulart¹⁰ (2002, apud FONTANELLI, 2005, p. 80). Na mesma época no Brasil a Memória Institucional vinha sendo tratada de forma mais acentuada em Centros de Memória, mais comumente nos órgãos públicos, em algumas instituições privadas e com maior prevalência em instituições acadêmicas. Fatores como o fim da ditadura, o processo de redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988 e o início do acesso às revoluções tecnológicas, abriram a possibilidade de resgatar informações, para se conhecer a história do país e disponibilizar essas informações de forma organizada e transparente à sociedade.

Os primeiros trabalhos que podem ser caracterizados como Memória Institucional são da década de 1960, os acadêmicos estavam interessados em refletir sobre a estrutura/evolução industrial brasileira, buscavam compreender a relação entre os aspectos econômicos, ideologia e estrutura paternalista das instituições (GAGETE; TOTINI, 2004). A dinâmica da década de 1980 com a grave crise econômica e a redemocratização do país, já citados acima trouxeram mudanças, além do mercado mundial, o mercado interno também exercia pressão

⁹ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, v. 2; (Os postulados da lingüística.)

¹⁰ GOULART, S. **Patrimônio documental e história institucional**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. (Scripta, 3).

[...] especialmente quanto ao consumidor final-, que passava a requerer novos parâmetros de qualidade e de comunicação institucional, exigindo de empresas e governos uma relação mais aberta e principalmente mais transparente. Isso mudava o foco não apenas do marketing como também da administração dos recursos humanos e da relação empresas-comunidade. (GAGETE; TOTINI, 2004, p.118)

Informações organizadas e seguras para o dia-a-dia ou para momentos importantes de tomada de decisão fazem parte da rotina de qualquer tipo de instituição e tem como resultado dados, procedimentos, produtos e conseqüentemente toda a documentação desses processos que fazem parte da Memória Institucional por estarem relacionados à sua trajetória. O que normalmente ocorria nas instituições era a criação de locais específicos para a preservação desta memória, mas por motivos financeiros, de gestão ou falta de planejamento esses setores acabavam sendo desativados e em conseqüência a Memória Institucional era depositada em galpões ou locais de difícil acesso, inacessível ao público interno e externo, porém com a conscientização da importância estratégica da preservação da Memória Institucional as instituições perceberam que era preciso promover as mudanças organizacionais necessárias sem perder a sua identidade, e isto se reflete até hoje nos Centros de Memória. Além da preocupação com a produção de trabalhos acadêmicos sobre o assunto, entendeu-se que a Memória Institucional deveria refletir os processos vivenciados nas instituições de maneira mais transparente, refletir seus erros e acertos, conforme Nassar (2007):

A empresa que tem a intenção de se perpetuar no mundo de hoje, com vistas para o futuro, deve inescapavelmente legitimar suas atitudes, ações, posturas e, especialmente, ter consciência e dar conhecimento dos impactos de suas atividades no passado, no presente e no futuro em diferentes níveis, do comercial ao social. Aquela historinha mal-contada ou a varrida do lixo para debaixo do tapete, já não são aceitas e colocam qualquer organização em risco. (NASSAR, 2007).

A principal diferença entre Memória Organizacional e Memória Institucional está no foco de cada atividade, enquanto o termo Memória Organizacional leva à idéia da eficácia que aceita mudanças no seu trajeto, o termo Memória Institucional remete à idéia de legitimidade, criação e identidade justificando a sua escolha para este estudo, pois se conecta ao conceito que as empresas têm atualmente de que identidade e reputação constituem a memória (NASSAR, 2007a), já não basta oferecer o produto/serviço mais desejado, além das já conhecidas responsabilidades social e ambiental, as instituições

começam a se preocupar em apresentar um diferencial para o mercado: a Responsabilidade Histórica Empresarial que segundo Nassar (2007a) “[...] é um conceito sistêmico, relacionado às atividades humanas especialmente a partir das organizações empresariais [que] reúne as responsabilidades comercial, legal, ambiental, cultural, social, etc. [...]”, e que só se constrói por meio do tratamento, preservação e disseminação da Memória Institucional.

CONCLUSÕES

A questão da Memória Institucional demandou uma extensa pesquisa, fez-se necessário dirigir o olhar de forma mais abrangente sobre o tema Memória, passando pelos conceitos de Memória Coletiva ou Social, sempre com o enfoque no registro e na informação como instrumentos da produção da Memória Social, para se chegar ao foco deste estudo, ou seja, o que é a Memória Institucional e qual a sua importância. Entende-se que a diferenciação feita entre Memória Organizacional e Memória Institucional e a demonstração de que as Instituições entendem a Memória Institucional como peça estratégica na sua administração e comunicação com a sociedade seja relevante para novas discussões sobre o tema. Porém, é importante ressaltar que os estudos sobre Memória na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação necessitam de mais pesquisas, a escassa literatura sobre o tema demonstra a necessidade de mais estudos para que se possa construir de uma forma mais abrangente este conhecimento, pois a grande influência que os avanços tecnológicos vêm imprimindo nesta área leva a discussões mais aprofundadas de qual o papel do ciberespaço na construção desta memória e da própria história da sociedade, já que ele permite a virtualização de informação e registros, o papel da desterritorialização da memória que ele proporciona, sem esquecer-se da questão de poder envolvida na escolha do que é e do que não é histórico ou memorável, temas não abordados neste estudo, mas de grande interesse para se entender a importância em se preservar a história e a memória individual, social e institucional.

Este artigo teve como objetivo abordar a importância da Memória Institucional e concluir que tal conceito ainda não está devidamente fundamentado, e que é necessário mais discussões da área para se poder viabilizar melhores trabalhos e discussões para a construção deste conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 8., n. 4, 1994. Disponível em: <<http://www.e-iasi.org/cinfor/quest/quest.htm>>. Acesso em: 06 jul. 2010.

BIBLIOTECA BUNGE - Glossário – Disponível em: <http://www.fundacaobunge.org.br/biblioteca-bunge/glossario/>. Acesso em: 06 jul. 2010.

CHAPOUTHIER, Georges. Registros evolutivos. Viver Mente & Cérebro: Memória, São Paulo, n. 2, p. 8-13, jul. 2006. Edição especial.

CHIAVENATO, Idalberto. Fundamentos da organização In: _____. Administração nos novos tempos. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 281-313, 2010.

COSTA, I. T. M. Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://tede-dep.ibict.br/tde_arquivos/1/TDE-2008-02-15T15:39:41Z-24/Publico/icleiacosta1997.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2010.

COSTA, Carolina da Cruz. O resgate da memória empresarial e seus impactos na imagem da empresa: case Centro de Memória Bunge. 2006. 162 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestcorp)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://sites.google.com/site/gestcorpespecializacao/lista-de-monografias>. Acesso em: 19 set. 2010.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle; GOUVEIA, Inês. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. Datagramzero, Rio de Janeiro, v. 9, p. 1-12, 2008.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária. 2005. 105 f. Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2010.

FREITAS, Fabiano Junqueira de; BRAGA, Paula Lou Ane Matos. Questões introdutórias para uma discussão acerca da história e da memória. Histórica: revista on line do arquivo público de São Paulo, São Paulo, n. 13, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao13/materia03/>>. Acesso em 01 ago. 2010.

GAGETE, Èlida; TOTINI, Beth. Memória empresarial, uma análise da sua evolução. In: MEMÓRIA de empresa: História e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004, p. 113-126.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

LACOMBE, Francisco. Dicionário de Administração. Saraiva: São Paulo, 2004.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1990. 549 p.

LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006. 204 p. (Coleção Trans).
_____. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 264 p. 1999.

MARQUES, Otacílio Guedes. Informação histórica: recuperação e divulgação da memória do poder judiciário brasileiro. 2007. 133 f. Dissertação (Pós Graduação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARTINS, Maria do Carmo. Os desafios para a organização do Centro de Memória da Educação da UNICAMP, ou de como constituir coletivamente um lugar de memória. In: Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Igreja, Estado, Sociedade Civil, instâncias promotoras de ensino, V, 2004, Évora. Livro de Resumos do V congresso Luso- Brasileiro de História da Educação. v. I. Évora: Universidade de Évora; Artipol- Artes tipográficas, 2004. p. 191-192.

MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Introdução à administração. Atlas, São Paulo, 6. ed. rev. ampl., 2004, 434 p.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. História e Memória: algumas observações. Salvador: Práxis, v. 2, p. 1-4, 2005. Disponível em: http://www.fja.edu.br/proj_acad/praxis/praxis_02/documentos/ensaio_2.pdf. Acesso em 06 jul. 2010.

NASSAR, Paulo. A Mãe de todas as responsabilidades. 18 ago. 2007. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1837029-EI6786,00-A+mae+de+todas+as+responsabilidades.html>. Acesso em: 01 set. 2010.

_____. Reputação é memória. 2007a Disponível em: <http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/trabalhos/nassar-completo.pdf>. Acesso em: 15 out. 2010.

NOVO Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. Gerenciando conhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: SENAC, 2001.